

A formação do profissional de ciências agrárias e o programa  
de residência agrária – experiência no assentamento  
Laudenor de Souza (SP) - Brasil<sup>1</sup>

*The vocational training of agricultural sciences and program for residents  
agrária - experience in the seat Laudenor de Souza (SP) - Brazil*

Andrea Eloisa Bueno PIMENTEL<sup>2</sup>

Mauro Sérgio Vianello PINTO<sup>3</sup>

João Henrique CRUSCIOL<sup>4</sup>

Elias José SIMON<sup>5</sup>

Maristela Simões do CARMO<sup>6</sup>

**RESUMO:** O artigo tem por objetivo contribuir para o debate sobre a necessidade de mudança na formação do profissional de Ciências Agrárias, para atuar na área de Assistência Técnica e Extensão Rural, junto a agricultores familiares. Para isso, apresenta o Estágio de Vivência realizado por estudantes do curso de Agronomia, da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), UNESP, campus de Botucatu, realizado no assentamento Laudenor de Souza, Piratininga, SP, dentro da proposta do Programa Governamental de Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para a Assistência Técnica e Extensão Rural – Programa de Residência Agrária. A metodologia, construída coletivamente pelos parceiros do projeto, foi dividida em cinco etapas: 1) preparação dos estagiários; 2) vivência I no assentamento; 3) intermediária; 4) vivência II no assentamento; 5) avaliação do programa. Conclui-se que o Programa de Residência Agrária pode contribuir para a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a sociedade de maneira geral e com os agricultores familiares, em particular, fortalecendo a participação e a cidadania da população historicamente marginalizada do processo de tomada de decisão. Contudo, precisa ser fortalecido. Há necessidade de comprometimento de manutenção por parte do governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência técnica. Extensão rural. Agricultura familiar. Formação profissional.

<sup>1</sup> Projeto financiamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tendo a Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu, como Instituição responsável pela execução.

<sup>2</sup> Economista, Pós-Doutoranda em Energia na Agricultura, Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial – DGTA, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu. Bolsista do CNPq. Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780. CEP 18610-307. [paep@uol.com.br](mailto:paep@uol.com.br)

<sup>3</sup> Agrônomo, Mestre em Agronomia, Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial – DGTA, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu. Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780. CEP 18610-307. [vianellopinto@yahoo.com.br](mailto:vianellopinto@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Agrônomo, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu. Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780. CEP 18610-307. [jhenriquecruci@hotmail.com](mailto:jhenriquecruci@hotmail.com).

<sup>5</sup> Agrônomo, Livre-docente, Professor do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial – DGTA, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu. Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780. CEP 18610-307. [ejsimon@fca.unesp.br](mailto:ejsimon@fca.unesp.br)

<sup>6</sup> Agrônomo, Livre-docente, Professora do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial – DGTA, Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA, Unesp, campus de Botucatu. Fazenda Lageado, Rua José Barbosa de Barros, nº 1780. CEP 18610-307. [stella@fca.unesp.br](mailto:stella@fca.unesp.br)

## **1 INTRODUÇÃO**

A partir de uma tomada de consciência sobre as deficiências do processo formativo convencional nos cursos de Ciências Agrárias para a promoção do Desenvolvimento Sustentável e considerando que as universidades reproduzem o modelo adotado pela modernização verde, o governo brasileiro criou um programa destinado a capacitar técnicos para trabalhar com agricultura familiar, com base na agroecologia. Assim, surge em 2004, o Programa de Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para a Assistência Técnica e Extensão Rural – Programa de Residência Agrária. O programa faz parte das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), desenvolvido através da parceria Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A finalidade é preparar profissionais das Ciências Agrárias e áreas correlatas para atuarem em programas de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ligados à agricultura familiar.

Este artigo pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre a importância dessa mudança no processo de formação do técnico extensionista, a partir da experiência do Estágio de Vivência realizado por estudantes do curso de Agronomia, da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Botucatu, realizado no assentamento Laudenor de Souza, situado na cidade de Piratininga, Estado de São Paulo, dentro da proposta do Programa do Governo Federal. Para isso, primeiramente discute-se o processo de modernização da agricultura brasileira, denominado Revolução Verde, e seus impactos na atualidade, com enfoque para a questão da disputa pela posse de terra e a formação dos assentamentos de Reforma Agrária. Posteriormente, é retratado o processo de evolução da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, para a apresentação do Estágio de Vivência realizado no assentamento.

## **2 REVOLUÇÃO VERDE**

A atividade agropecuária é influenciada por fatores de natureza técnica e fatores de natureza institucional e humana. O primeiro está relacionado a aspectos físicos, como oscilações meteorológicas (precipitações, ventos, geadas, alterações de temperatura, calor, luminosidade etc); características do solo (topografia, fertilidade, profundidade, permeabilidade, grau de erosibilidade etc.); recursos hídricos (disponibilidade de água em quantidade necessária, qualidade aceitável, com a periodicidade pertinente); disponibilidade de infraestrutura (máquinas, equipamentos, ferramentas, edificações e construções rurais, animais utilizados no processo produtivo etc.); localização (distância da propriedade agropecuária com relação ao mercado, facilitando o acesso à compra de insumos ou a venda dos produtos finais) e aspectos biológicos

(pragas e doenças no cultivo agrícola, doenças e enfermidades nos animais e diferentes espécies ou qualidades de sementes e animais). Os fatores de natureza institucional e humana podem ser exógenos ou endógenos à propriedade. Os exógenos, fora de controle direto do agente produtivo, são os sistemas de mercados, com suas regras e graus de concorrência, normas e crenças dos agentes econômicos, densidade populacional e fatores de ordem política. Os fatores endógenos, que estão sob controle dos agentes produtivos, são o trabalho familiar, as habilidades gerenciais, objetivos, grau de educação formal e de conhecimento (NORONHA; DUARTE, 1995).

Para orientar e direcionar a produção, a ocupação do espaço territorial, garantir suprimento doméstico de alimentos, buscar o desenvolvimento espacial mais homogêneo, fixar o homem no campo e garantir a segurança alimentar, ou seja, ter oferta de alimento, a oferta ser constante e a população ter recursos para consumir, são criadas, pelo governo, políticas específicas, como de crédito rural, preço mínimo, pesquisa e extensão.

O modelo de desenvolvimento agrícola implantado no Brasil, a partir de 1965, denominado Revolução Verde, teve como pilar a política de crédito rural, com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural no referido ano, cujos objetivos foram: estimular os investimentos na agricultura, fortalecer a situação financeira dos produtores, criar condições para a adoção de tecnologia dita moderna, embasada no uso de insumos químicos e máquinas/ implementos agrícolas. O objetivo era tornar a agricultura competitiva no mercado internacional e geradora de divisas, para subsidiar o processo de modernização do país via substituição de importações. Por isso, cerca de 70% do volume de crédito foi destinado às grandes propriedades localizadas nas Regiões Sul e Sudeste e produtoras das *commodities agrícolas* soja, trigo, arroz, milho, café e cana-de-açúcar (DELGADO, 1985).

A partir dos anos de 1980, com a redução da oferta de dinheiro por parte do governo e com a introdução da correção monetária nos custos dos empréstimos, houve redução considerável do volume de crédito concedido aos produtores rurais de grande e médio porte. Nesse contexto, a agricultura familiar era vista como de subsistência e improdutivo. No decorrer dos anos de 1990, juntamente com o processo de abertura da economia, o governo extinguiu vários órgãos e agências reguladoras ligadas à produção agropecuária, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e Comissão de Compra de Trigo Nacional (CTRIN).

Como consequências positivas da Revolução Verde, o setor agrícola ganhou eficiência, preços competitivos no cenário internacional, sem a presença de subsídios por parte do governo, e obteve ganhos de qualidade, dada a competição internacional. Como consequências negativas têm-se o aumento da concentração de terras, a forte imigração para as áreas urbanas criando bolsões de miséria, disputa pela posse de terras improdutivas e devolutas e pequena propriedade vista como improdutivo e ineficiente (BACHA, 2004).

A pressão por reforma agrária, por parte dos movimentos sociais, intensificou-se a partir dos anos de 1990. A Reforma Agrária consiste num conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, tendo por finalidade atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade (BRASIL, 2001). Um assentamento é um núcleo de povoamento, podendo ser constituído por camponeses ou trabalhadores rurais, por povos remanescentes dos quilombos, população ribeirinha ou barrageiros. São passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as terras públicas e as terras que não cumprem sua função social. Cumpre a função social quanto atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1993).

Dados oficiais do governo federal indicam que, entre 1995 e 1998, foram assentadas 238.010 famílias, de 1999 a 2002 foram 286.370 famílias e entre 2003 e 2007 a meta era assentar 585.000 famílias (MDA, 2004). A respeito disso, dados da estrutura fundiária do Brasil, apresentados na tabela 1, retratam a concentração de terras existentes. Em 2003, 57,6% dos imóveis possuíam até 25 hectares (ha.) e eram responsáveis por 6,3% da área total, enquanto 32.264 imóveis – 0,8% do total - detinham 31,6% das terras existentes no Brasil.

Os assentados de reforma agrária, quilombolas e ribeirinhas se enquadram na categoria de produtor familiar. A Lei nº 11.326/06, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define como agricultor familiar o produtor rural que: a) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; b) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; c) dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família; d) não deter área maior do que quatro módulos fiscais.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária do Brasil, 2003.

Estratos área total (ha.)	Imóveis	Porcentagem dos imóveis (%)	Área total (ha.)	Porcentagem da área total (%)	Área média (ha.)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 5000 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	<b>4.238.421</b>	<b>100,0 %</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100,0%</b>	<b>99,2</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004).

Vários estudos (GUANZIROLI; CARDIM, 2000; GUANZIROLI et al., 2001; FLORES, 2001; SACCO DOS ANJOS, 2003, dentre outros) demonstram a relevância da agricultura familiar para o país enquanto produtora de alimentos, geradora de trabalho e renda, fixando o homem no campo. A primeira linha de crédito exclusiva e destinada apenas para uma categoria de agricultores familiares, os assentados de reforma agrária, foi o Procerá – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Surgiu em 1986, no Governo Sarney (1985-1990), por pressão de movimentos sociais, que exigiam financiamentos, com juros e prazos diferenciados dos concedidos nas linhas tradicionais, praticamente inacessíveis para o pequeno produtor. Em 1996, o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e, em 1999, extinguiu o Procerá, passando o Pronaf a englobar também os assentados de reforma agrária.

### 3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A extensão pode ser definida como um conjunto de atividades direcionadas a transmitir aos agricultores novos conhecimentos técnicos e comerciais sobre culturas agrícolas e criação de animais. O extensionista é o indivíduo que faz a ligação entre o setor de pesquisa e o agricultor, setor este que pode ser público ou privado. Uma das primeiras atividades de extensão rural, no Brasil, iniciou-se em Lavras (MG), em 1908. Em 1948, foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), destinada a fornecer crédito rural supervisionado para pequenos produtores. A experiência foi seguida por outros Estados. Em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), com o intuito de coordenar as Acars. Em

1965, com o surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o crédito passou de supervisionado para direcionado (orientado) para certas culturas, como já destacado. Por esse motivo, entre 1965 e 1980, para obter crédito, o produtor rural precisava ter um projeto de aplicação do recurso e o agente financeiro necessitava ter um profissional que verificasse a aplicação dos recursos. Como consequência, houve expansão dos serviços públicos e privados de extensão rural. As Acars foram substituídas pelas Ematers – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para coordenar os sistemas estaduais de Emater, foi criada, em 1974, a Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta em março de 1990. Cabia à Embrater transferir tecnologias de produção agropecuária geradas pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituída em 1973, via extensão rural (BACHA, 2004).

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, a ATER, embora por alguns momentos tenha se aproximado dos agricultores familiares, sempre esteve voltada para a visão da tecnologia baseada na intensificação do uso de insumos químicos e mecanização. O extensionista teve o papel de reprodutor desse modelo. Nos anos de 1990, as crises fiscais do Estado e o novo perfil da agropecuária brasileira fizeram reduzir as atividades de extensão rural pública, no Brasil, e aumentaram os serviços prestados por cooperativas e empresas privadas, tornando esses serviços mais seletivos, ou seja, proporcionando maiores custos para os produtores, excluindo ainda mais os pequenos produtores.

No tocante à formação de profissionais para atuarem como assessores técnicos e extensionistas rurais, ainda se verifica, na atualidade, uma tendência à reprodução do pacote tecnológico oriundo da modernização verde, via difusão de tecnologias, sem levar em conta as especificidades dos agricultores. Cella (2002), em seu trabalho sobre gestão de propriedades agrícolas, destaca a necessidade de esse profissional levar em conta os objetivos do agricultor, que nem sempre visa à maximização dos lucros, especialmente no segmento familiar. Nesse processo, características pessoais, como a situação familiar, ciclo de vida pessoal e da exploração produtiva, a capacidade e a disposição para mudanças, os custos pessoais de aprendizagem e de saída das atividades, devem ser considerados. Ele cita Sebillote (1988) para afirmar que a compreensão parcial dos horizontes dos produtores rurais levou a insistentes falhas na assistência técnica prestada e na aplicação de planos de desenvolvimento padronizados. Somente o entendimento claro dos objetivos dos agricultores pode melhorar a prestação de assistência técnica. O desconhecimento dos reais objetivos dos produtores leva ao distanciamento dos trabalhos teóricos daqueles efetivamente aplicáveis à atividade produtiva. E, na análise dos currículos escolares dos cursos de Ciências Agrárias, verifica-se comprovada ênfase na parte técnica, desconsiderando outros aspectos da propriedade. A falta de sintonia entre as visões dos extensionistas e dos produtores rurais pode ser um dos fatores explicativos para o perfil

conservador destes últimos, ao preterirem, muitas vezes, a opinião dos técnicos (CELLA, 2002).

Diante desse quadro, em 2004, a Política Nacional de ATER, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, destaca a necessidade de valorizar a agricultura familiar e a transição agroecológica como estratégia de desenvolvimento do espaço rural, entendendo que a valorização dos pacotes tecnológicos para a agricultura não resolveram a situação de desigualdade socioeconômica existente no meio rural (ALVES; GARCIA, 2007). A fim de modificar esse quadro, criou-se, em 2004, o Programa de Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para a Assistência Técnica e Extensão Rural – Programa de Residência Agrária. O programa faz parte das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), desenvolvido numa parceria INCRA e MDA, visando a preparar profissionais das Ciências Agrárias e áreas correlatas para atuarem nos programas de ATER e ATER, ligados à agricultura familiar.

O programa, destinado a recém-egressos dos cursos de Ciências Agrárias e áreas correlatas ou estudantes do último semestre dos cursos, é dividido em dois momentos. O primeiro, denominado Estágio de Vivência, em que os futuros técnicos apenas vivenciam o dia-a-dia das comunidades para, no segundo momento, poderem atuar. Esse segundo momento, denominado Residência Agrária, é uma especialização que prevê a alternância de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, baseada nos princípios da Pedagogia da Alternância.

A Alternância é uma pedagogia que prioriza a experiência do educando, valorizando os conhecimentos existentes no meio em que ele vive/atua ou vai atuar. Trata-se de um processo formativo contínuo na descontinuidade de atividades e de espaços e tempos, de formação que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar/comunidade, alternando a formação agrícola na propriedade/localidades com a formação teórica geral na escola/Faculdade (UNEFAB, 2003). Na articulação entre os dois tempos e espaços da formação, são utilizadas diversas estratégias pedagógicas, denominadas Instrumentos Pedagógicos da Alternância, como: Plano de Estudo; Caderno da Realidade; Colocação em comum; Visitas de Estudos; Intervenção Externa; Caderno Didático; Visitas às famílias; Projeto Profissional do Jovem; Estágios (SILVA, 2003). No Brasil, as primeiras experiências de formação por alternância surgiram no final dos anos 60, no Estado do Espírito Santo, com as Escolas Família Agrícola (EFAs). Nos anos 80, no Estado de Alagoas, sem nenhuma vinculação com o movimento das EFAs, foram criadas as Casas Familiares Rurais (CFRs). Na atualidade, há oito diferentes Centros de Formação por Alternância, que somam mais de 250 experiências educativas no território nacional. Em 2005, por ocasião do VIII Encontro Internacional da Pedagogia da Alternância, teve início uma articulação do conjunto dessas experiências de formação por alternância que culminou com a constituição de

uma rede nacional. Surgiu daí a denominação CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância). A alternância, enquanto princípio pedagógico, visa a desenvolver, na formação dos jovens, situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia (SILVA, 2008). Na atualidade existem 39 cursos superiores implantados em universidades públicas, para atender assentados de reforma agrária, com base na pedagogia da alternância. Os recursos são provenientes do Pronera.

No Programa de Residência Agrária, no Tempo-Escola, está prevista a participação nas disciplinas das Pós-Graduações, em atividades complementares e a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso. O Tempo-Comunidade é o momento no qual o estudante atua efetivamente no campo, junto aos órgãos de ATER. A vivência e o Tempo-Comunidade oportunizam ao estudante o conhecimento da realidade em que vai atuar, a análise das condições de vida e de trabalho dos agricultores, a identificação de problemas e a atuação com propostas de intervenções para solucionar ou melhorar as situações-problema detectadas.

#### **4 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO ESTÁGIO DE VIVÊNCIA**

Durante quatro meses (julho a outubro de 2006), treze estudantes ou recém-egressos dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal fizeram estágios em nove assentamentos rurais situados no Estado de São Paulo, a saber: 7 estagiários distribuídos nos assentamentos áreas I, II, III, IV, V e VI, localizados na Fazenda Pirituba II, entre Itapeva e Itaberá; 4 estagiários nos assentamentos Zumbi dos Palmares I e II, localizados em Iaras; 2 estagiários no assentamento Santo Antônio, em Piratininga. A metodologia foi construída coletivamente, no mês de julho, pelos parceiros do projeto – FCA, Superintendência do INCRA do Estado de São Paulo (INCRA-SP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e se constituiu de cinco etapas, conforme descrição sintética a seguir.

Etapa I – Preparação dos estagiários, com duração de 8 dias, onde foram ministradas aulas e palestras, realizadas oficinas e visitas, objetivando preparar teórica e praticamente os estagiários para a fase de Vivência. Etapa II – Vivência I, com duração de 18 dias, em que os estagiários permaneceram nas comunidades com o objetivo principal de conhecer e interagir com as pessoas, estreitando o relacionamento estagiário-comunidade. Os integrantes ficaram alojados nas residências dos agricultores assentados ou em alojamentos nos assentamentos, destinados aos técnicos. Etapa III – Intermediária, com duração de 9 dias, em que foi feita a avaliação parcial do estágio e foram realizadas oficinas de técnicas de Planejamento Participativo e Diagnóstico Rápido Participativo (DRPs). Etapa IV – Vivência II – com duração de 14 dias, na qual os estagiários voltaram às comunidades com o intuito de confeccionar os diagnósticos participativos da realidade local e de potenciais parceiros das

comunidades. Nessa fase, intensificaram as reuniões e discussões com os agricultores assentados, a fim de conhecer mais profundamente a realidade local, servindo como espaço para a formação de consciência de agricultores e estagiários. A partir disso, surgiram as demandas e os encaminhamentos da coletividade para a elaboração de um Plano de Trabalho, que deve ser executado pelos técnicos, conjuntamente com as comunidades, durante a realização da Etapa 2 do Programa de Residência. Etapa V – Avaliação do Estágio de Vivência e confecção dos relatórios para a Fase 2, feita nas dependências da FCA. Para tal, foi feita uma reunião com assentados, representantes do MST, de Movimentos Estudantis e do INCRA-SP, para a avaliação do trabalho.

Para melhor esclarecimento, observamos que este artigo concentra-se na fase de Vivência, realizada por dois estudantes no assentamento Laudenor de Souza, localizado no município de Piratininga, SP. A Etapa 2 do Programa ainda não foi realizada.

## **5 CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO LAUDENOR DE SOUZA**

A ocupação da área denominada Fazenda Santo Antônio, com 837 ha., reconhecida pelo INCRA como improdutivo, ocorreu em 02 de novembro de 2000, dando origem ao assentamento Laudenor de Souza, em dezembro de 2005. No acampamento inicial, havia 80 famílias, provenientes de diversas regiões do país, que foram desistindo ao longo do período, restando 26 famílias, que formaram o assentamento. Os motivos que levaram as famílias a acamparem estão relacionados com o desejo de ter sua própria terra para plantar, a falta de trabalho nas cidades e o desejo de melhorar a qualidade de vida (CRUSCIOL, 2006).

### **5.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Durante a época de acampamento na Fazenda Santo Antônio, as famílias já se organizavam em grupos, para a prática da agricultura e outros serviços, e discutiam em conjunto como fazer o uso da terra. Mas, com o passar do tempo, por afinidades e discordâncias entre as pessoas, os grupos foram se redefinindo, dando origem a três grupos distintos – Canaã, Filhos da Luta e Marizete de Souza - com áreas de trabalho e formas de produção distintas. A divisão dos lotes, cujo tamanho varia de 15 a 21 ha., foi feita pelo INCRA, mas a escolha, pelas famílias foi diferente em cada grupo: sorteio nos grupos Filhos da Luta e Marizete de Souza e consenso no grupo Canaã.

## **6 FASE DE VIVÊNCIA NO ASSENTAMENTO LAUDENOR DE SOUZA**

Essa etapa contou com a estadia, no assentamento, de dois estudantes do último semestre do curso de Agronomia, da FCA, com duração de 32 dias,

divididos em 18 e 14 dias. Na chegada, fez-se uma pequena reunião com alguns dos assentados para a apresentação dos estudantes que iriam estagiar no local, em que se esclareceu o objetivo do Estágio. Nesse momento, foram determinadas quais residências estariam recebendo os estudantes.

O acompanhamento da rotina familiar possibilitou que os estagiários fossem integrados como parte da família que os recebeu. Eles ajudavam com pequenos afazeres dentro da residência, como lavar louça, auxiliar na preparação do almoço/jantar, limpar a casa, tratar dos animais. Também houve momentos mais íntimos, em que precisaram ouvir e opinar sobre assuntos que só diziam respeito à família em questão.

Durante o tempo de permanência no assentamento, os estudantes visitaram todas as famílias, passando de casa em casa, apresentando-se, conversando e explicando como seria o trabalho desenvolvido. Algumas pessoas ficaram ansiosas e agitadas e outras não demonstraram nenhum interesse pelo mesmo.

Como os grupos apresentavam características diferenciadas, os estudantes optaram por fazer reuniões com cada um deles, separadamente, para o trabalho de diagnóstico da localidade. Durante esses encontros, foram discutidos os objetivos do Programa Residência Agrária, reafirmando e tirando dúvidas sobre o mesmo. Solicitaram às famílias que fizessem um desenho do lote, colocando a localização da casa, as culturas, o rio, a mata, os animais, enfim, tudo o que havia no lote. Com a observação destes pode-se verificar que cada família via seu lote de diferentes formas, dando enfoque ao que acreditava ser mais importante ou indicava haver uma relação mais próxima.

Durante a segunda etapa do estágio, continuaram as atividades para elaboração de um diagnóstico rural participativo, a fim de levantar problemas e questões para a fase de intervenção no período do Residência propriamente dito, via Plano de Trabalho. Os estudantes também fizeram um diário de campo, contendo atividades e pontos de vista dos assentados e deles próprios, usado na confecção do Plano de Trabalho.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **7.1 DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO**

Para a confecção do diagnóstico, utilizou-se cartolina, tarjetas e canetas coloridas. Em cada tarjeta foi colocado um setor e os possíveis problemas/entraves:

- a) Saúde: posto de atendimento, hortas medicinais, vacinação, programas de saúde no município etc;
- b) Educação: escola, jovens, transporte, professores etc;
- c) Infra-estrutura: área coletiva, poços etc;

- d) Produção: comercialização, culturas, doenças etc;
- e) Demais questões que não se enquadravam nos setores anteriores, como lixo, parcerias, dentre outros.

Ao expor os setores, ocorreu uma “chuva” de problemas, por parte dos assentados. O facilitador, na figura do estagiário, passou a auxiliar na dinâmica e divisão dos setores, de acordo com os problemas. Após o levantamento, os problemas foram divididos em fáceis e difíceis, bem como o grau de prioridade e urgência na resolução. Também foram discutidas as origens desses problemas e as possíveis soluções.

Ao levantar os problemas, a comunidade refletiu sobre o momento histórico vivenciado e se projetou como um grupo com problemas e objetivos comuns. Os problemas citados forneceram subsídios para elaboração do plano de trabalho.

## **8 RESULTADOS**

### **8.1 NÚCLEO MARIZETE DE SOUZA**

- a) Saúde = ausência de posto de saúde e vacinação de cães. A ambulância da prefeitura de Piratininga faz o trajeto cidade-assentamento diversas vezes ao dia, por que várias consultas eram marcadas em horários diferentes. Um planejamento, juntamente com a equipe do posto de saúde, foi proposto para evitar esse dispêndio. A idéia foi estabelecer dias da semana para consultas. A vacinação antirrábica, outro problema encontrado, ocorria de forma deficiente no assentamento, sendo necessário o retorno de um agente de saúde para vacinação dos cães. Foi proposto, durante a reunião, que uma pessoa fosse responsável por realizar essa comunicação com o agente de saúde.
- b) Educação = ausência de escola no assentamento e problemas com o transporte escolar. Foi colocada a necessidade de implantação de uma escola na localidade, que contemplasse uma pedagogia que viesse a atender a realidade vivenciada pela comunidade. Outro problema diz respeito ao transporte escolar: em dias de chuva, a estrada ficava intransitável e o ônibus não conseguia transportar os jovens para a escola da cidade. Além disso, nas sextas-feiras, o índice de faltas era elevado.
- c) Infra-estrutura = falta de agência de correio, telefone público, crédito para construção das moradias, mercearia. Há necessidade de infra-estrutura básica para comunicação como correio e telefone público. A comunidade também espera a aprovação do crédito habitação e a perfuração de poços, uma vez que o acesso à água é difícil, limitando o trabalho diário no lote agrícola. Quanto à mercearia, embora inicialmente apresentada, a idéia não foi levada adiante, por considerarem que existiam problemas de maior prioridade.

- d) Produção = demora na liberação do crédito rural. Sem o acesso ao crédito, não há como iniciar os processos de produção. O núcleo enxerga uma burocracia para acesso aos créditos.
- e) Outros = lixo, energia elétrica, espaço religioso, falta de participação do coletivo, parcerias, trabalho com os jovens. Não há coleta de lixo no assentamento. Os postes de transmissão de energia elétrica estão sendo colocados na área, mas para trazer energia até as residências, é necessário pagar, em média, R\$ 400,00. As famílias não possuem esse valor monetário, por isso, foi proposta a organização de uma assembléia geral, englobando os outros grupos para que se pudesse discutir a situação. O grupo reforçou a necessidade da existência de um espaço religioso. No passado, as missas eram realizadas no barracão coletivo, mas dada as condições do espaço, não foi mais possível utilizá-lo. A participação dos jovens foi apresentada como relevante.

## **8.2 NÚCLEO FILHOS DA LUTA E NÚCLEO CANAÃ**

A dinâmica foi feita em conjunto. Os resultados seguem-se, com os comentários necessários.

- a) Saúde = posto de saúde e projeto com plantas medicinais. A necessidade de organização dos assentados para obter uma ambulância também foi colocada. Os grupos se sentem motivados a implantar uma horta medicinal, dada sua importância para o fornecimento de medicamentos que, muitas vezes, estão ausentes no Posto de Saúde.
- b) Educação = ausência de escola, transporte escolar e qualidade da merenda. A mesma problemática da escola foi apresentada por esses dois núcleos, durante a reunião, ressaltado o problema do transporte escolar, como já descrito anteriormente. E criticaram a qualidade da merenda fornecida na escola primária de Brasília Paulista. Foi proposta uma reunião entre mães e direção da escola, a fim de discutir o problema.
- c) Infra-estrutura = barracão, telefone público, crédito das casas, poços, estradas, área de lazer, tratamento água e esgoto, cozinha comunitária, alojamento. Há preocupação em relação ao saneamento básico: água e esgoto. A falta de telefone público foi vista como um problema de fácil solução, assim como a coleta de lixo. As estradas foram consideradas como um grande problema, pois ainda há lotes sem acesso, dificultando qualquer tipo de comunicação e comercialização de produtos. Os poços, as casas e os custos para ter acesso à energia elétrica, nas residências, foram os mesmos argumentos levantados na descrição do outro núcleo. A possibilidade de se ter uma cozinha comunitária com alojamento reflete a vontade de realizar cursos, projetos, trabalhos em parcerias, dentro do coletivo. Além disso, também foi apontada a necessidade de se reformar o barracão.

- d) Produção = Pronaf, falta de política pública para pequeno produtor, demarcação das áreas de Reserva Legal, localização dos marcos nos lotes. Novamente, o acesso aos créditos foi visto como problema, assim como os projetos que deveriam ser aprovados, para obtenção do financiamento, e que não eram condizentes com os objetivos e anseios dos assentados. A demora para demarcação/regularização das áreas de Reserva Legal estava limitando o trabalho agrícola nos lotes. Enquanto isso, a capoeira era crescente, o que tende a gerar problemas nas áreas agricultáveis.
- e) Outros = recuperação de áreas degradadas, falta de limpeza no barracão, falta de comunicação entre assentados. A recuperação de nascentes, dos solos erodidos e problemas de desmatamentos foram destacados como prioritários. A ausência de organização em torno da área coletiva levou à discussão de como realizar a limpeza do barracão, antes das reuniões e encontros. Nessa reunião, visualizou-se que este é um problema fruto da organização, porém, nada foi proposto. Os núcleos levantaram a dificuldade de comunicação entre eles. Entenderam que já são prejudicados geograficamente pela localização dos lotes e que não poderiam perder a comunicação entre os núcleos.

## **9 CONCLUSÃO**

Este Programa representa uma proposta inovadora de formação profissional nos cursos de Ciências Agrárias, na medida em que se consegue atrelar a teoria à prática, o saber profissional ao saber popular. A experiência desenvolvida possibilitou o fortalecimento da relação entre estagiário e comunidade. Permitiu aprofundar e ampliar a visão crítica dos estagiários, frente à realidade social em que vivem os agricultores familiares, em particular, e da sociedade, de uma maneira geral. Tal experiência merece ser difundida e deve ser objeto de discussão dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). Os estagiários do Projeto demonstraram amadurecimento no trato com os agricultores e outros parceiros, e sentem-se valorizados e estimulados para desenvolver ações que tragam benefícios para a coletividade, demonstrando o fortalecimento de convicções políticas democráticas e de grande responsabilidade social.

Já os agricultores veem no Programa uma possibilidade de mudança na relação com os técnicos extensionistas, marcada por uma postura dialógica entre os diferentes atores sociais, acenando para uma maior equidade das forças sociais atuantes no processo de tomada de decisão, o que pode levar a um amadurecimento das relações democráticas. Veem também a possibilidade de aprendizado de novas formas de manejo dos recursos naturais que possam levar a um maior equilíbrio ecológico e produtivo. Com a transição agroecológica, espera-se conseguir um maior nível de autonomia da organização do trabalho e de acesso aos recursos naturais para os agricultores,

de maneira que a dependência por insumos e outros fatores de produção comerciais possam ser minimizados, nas práticas produtivas.

No entanto, percebe-se que o Programa de Residência Agrária precisa ser fortalecido institucionalmente, seja dentro do MDA, seja do INCRA, das IES, dos Movimentos Sociais e de outros órgãos da administração direta do Estado, promovendo sua consolidação enquanto política pública e incentivando sua ampliação e difusão para outras regiões e IES ainda não participantes. Esse Programa, se bem conduzido, possibilita a formação de profissionais qualificados, fortalecendo a participação e a cidadania da população historicamente marginalizada do processo de tomada de decisão, nas diferentes esferas sociais e institucionais de poder, em nossa sociedade.

Por outro lado, a não continuidade do Programa ou a realização apenas da primeira fase, o Estágio de Vivência, tende a gerar problemas para a comunidade e parceiros. A comunidade frustra-se diante do adiamento ou da não atuação de uma Assistência Técnica e Extensão Rural participativa e direcionada a seus objetivos. Os estudantes frustram-se diante da não possibilidade de atuação, depois de já realizado o mapeamento das necessidades e confeccionado o Plano de Trabalho para a segunda fase do Programa. Já se passaram dois anos que o Estágio de Vivência foi realizado, no assentamento Laudenor de Souza, e, por questões governamentais, não houve a elaboração do convênio para a implantação do Residência Agrária. Apesar da não continuidade, os estudantes que fizeram esse Estágio estão atuando como extensionistas rurais.

PIMENTEL, Andrea Eloisa Bueno; PINTO, Mauro Sérgio Vianello; CRUSCIOL, João Henrique; SIMON, Elias José; CARMO, Maristela Simões do. The vocational training of agricultural sciences and program for residents agrária: experience in the seat Laudenor de Souza (SP) - Brazil. *Educação em Revista*, Marília, v.9, n.2, p. 21-36, jul.-dez. 2008.

**ABSTRACT:** The paper aims to contribute to the debate on the need for change in the professional training of agricultural sciences to work in the area of Technical Assistance and Rural Extension with the family farmers. For this reason, introduced the Stage of Experience performed by students in the course of Agronomy, Faculty of Science Agronomic (FCA), UNESP, campus of Botucatu in the settlement Laudenor de Souza, Piratininga, SP, within the proposal of the government's Training Students and Vocational Training for Technical Assistance and Rural Extension - Program of Agricultural Residential. The methodology is built collectively by the partners of the project was divided into five stages: 1) preparing the trainees, 2) I living in settlements; 3) intermediate, 4) II experience in the settlement; 5) evaluation of the program. It follows that the Residency Program of Agrarian can contribute to the training of qualified professionals and committed to society in general and with the family farmers, in particular, strengthening the participation and citizenship of the population historically marginalized in the process of decision-making. However, needs to be strengthened. There is a need for involvement of maintenance by the government.

**KEYWORDS:** Technical assistance. Rural extension. Family agriculture. Vocational training.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. D.; GARCIA, J. V. *Os 30 anos de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFMS: interdisciplinaridade e novas realidades de espaço rural*, 2007. Disponível em: < [http://www.espacoacademico.com.br/076/76alves\\_garcia.htm](http://www.espacoacademico.com.br/076/76alves_garcia.htm)>. Acesso em: 20 set. 2008.
- BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. *Estatuto da Terra*. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, Alterada pela Lei nº 5.709/1971, Lei nº 6.746/1979, Lei nº 7.647/ 1988, Decreto Lei nº 2.431/ 1988 e Medida Provisória nº 2.183-56, 24.08. 2001.
- BRASIL. Título VII. Da Ordem Econômica e Financeira. Cap III. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, art. 186. *Constituição Federal*, L. 008.029. 1993.
- CELLA, D. *A administração e o administrador rural: caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2002.
- CRUCIOL, J. H. *Estágio de vivência como proposta metodológica para formação do extensionista agroecológico para atuação junto a áreas de agricultura familiar - INCRA: assentamento Laudenor de Souza, Botucatu*, 2006. 42 f. Relatório de Estágio Curricular Supervisionado para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2006.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone: UNICAMP, 1985.
- FLORES, M. *Cenários de desenvolvimento rural a partir da modernização da agricultura familiar*. Documento preparado para o projeto SEBRAE/PNUD sobre o Futuro da Pequena Produção no Brasil, 2001.
- GUANZIROLI, C. H. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: FAO: MDA: Garamond, 2001.
- GUANZIROLI, C. H; CARDIM, S. E. C. S. (Org.). *Novo retrato da Agricultura Familiar - o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.
- BRAISL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: MDA, 2004.
- NORONHA, J. F.; DUARTE, L. P. Avaliação de projetos de investimento em empresa agropecuária. In: KFOURI, A. C. (Org.). *Administração rural*. São Paulo: Paulicéia, 1995. p. 213-251.
- SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SEBILLOTE, M. Los procesos de toma de decisiones de los agricultores: contribuciones recientes. Paris: Academie d'Agriculture, 1988. 34 p.
- SILVA, L. H. *As experiências de formação de jovens do campo: Alternância ou Alternâncias?* Viçosa: Editora UFV, 2003.

PIMENTEL, A.E.B. et al.

SILVA, L. H. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. A experiência brasileira. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 17 de Maio de 2007. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, nº 05, p. 105-112, jan abr 2008.

UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMILIARES AGRÍCOLAS DO BRASIL (UNEFAB). Educação em alternância e o desenvolvimento sustentável. Oficina: educação em alternância e desenvolvimento. *Fórum Social Mundial*, Anchieta, jan. 2003. Disponível em: >[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=of\\_undefab\\_educa\\_por](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=of_undefab_educa_por). > Acesso em: 25 ago 2008.